PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES FOR STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD): CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN BASIC EDUCATION

https://doi.org/10.63330/aurumpub.074-013

Fábio Junior Olimpio Cezário
Acadêmico do Mestrando e Doutorando em Ciências da Educação da Instituição Christian Business School. Pós Graduado em Psicologia Cognitivo Comportamental pela FACULESTE; Pós Graduado em Análise do Comportamento Aplicado pela UNIFAHE; Pós Graduado em Saúde Coletiva pela Faculdade IGUAÇU. Graduado em Pedagogia pela Universidade Paulista UNIP; Graduado em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá; Graduado em Administração pelo Centro Universitário Unihorizontes.
E-mail: nemfabio.cezario@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-1557-4159

Elias Mateus da Silva
Acadêmico do Mestrando e Doutorando da Instituição Christian Business School; Pós graduação em Educação Especial Inclusiva na Instituição Ipemig. Graduado em Pedagogia e em Educação Especial na Ipemig.
E-mail: eliasadvogado2013@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-9112-8498

Roseneide Iraci Pereira da Silva
Professora Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva, Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS.
E-mail: rozineide.pereira1975@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-6863-7874.

Resumo

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um dos principais desafios da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, exigindo práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos educandos e favoreçam seu desenvolvimento integral. Este estudo tem como objetivo analisar as principais práticas pedagógicas inclusivas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com TEA, destacando os desafios enfrentados pelos professores e as estratégias que contribuem para uma aprendizagem significativa. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, fundamentada em livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações brasileiras relacionados à Educação Especial, à educação inclusiva e ao autismo. A análise da literatura evidencia que a utilização de metodologias ativas, adaptações curriculares, recursos de Tecnologia Assistiva, rotinas estruturadas, estratégias de comunicação alternativa e o

Atendimento Educacional Especializado (AEE) favorecem a participação, a autonomia e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com TEA. Os resultados também demonstram que a formação continuada dos professores, aliada à atuação colaborativa entre escola, família e equipe multiprofissional, é essencial para o fortalecimento das práticas inclusivas. Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar depende do compromisso institucional, da qualificação docente e da implementação de estratégias pedagógicas baseadas em evidências científicas, garantindo o direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Educação Inclusiva; Práticas Pedagógicas; Transtorno do Espectro Autista.

Abstract

The school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) is one of the main challenges of Special Education within the perspective of inclusive education, requiring pedagogical practices that respect students' individual characteristics and promote their overall development. This study aims to analyze the main inclusive pedagogical practices used in the teaching and learning process of students with ASD, highlighting the challenges faced by teachers and the strategies that contribute to meaningful learning. The research is characterized as a bibliographic review with a qualitative approach and descriptive nature, based on books, scientific articles, official documents, and Brazilian legislation related to Special Education, inclusive education, and autism. The literature review shows that the use of active methodologies, curricular adaptations, Assistive Technology resources, structured routines, alternative communication strategies, and Specialized Educational Assistance (SEA) promotes students' participation, autonomy, and academic development. The findings also indicate that continuing teacher education, combined with collaborative work among schools, families, and multidisciplinary teams, is essential for strengthening inclusive practices. It is concluded that the effective implementation of school inclusion depends on institutional commitment, teacher qualification, and the adoption of evidence-based pedagogical strategies, ensuring the right to quality education for all students.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Inclusive Education; Pedagogical Practices; Specialized Educational Assistance.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se como um dos principais princípios das políticas educacionais contemporâneas ao assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os

estudantes em ambientes escolares comuns, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou comportamentais. Nesse contexto, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) destaca-se como um dos principais desafios para os sistemas educacionais, pois suas características relacionadas à comunicação, à interação social e ao comportamento exigem práticas pedagógicas flexíveis e fundamentadas em evidências científicas.

O aumento das matrículas de estudantes com TEA nas escolas regulares evidencia a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas inclusivas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o desenvolvimento desses educandos. Embora a legislação brasileira assegure esse direito por meio da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, da Lei nº 12.764/2012 e da Lei Brasileira de Inclusão, ainda persistem desafios relacionados à formação docente, à adaptação curricular e à oferta de recursos pedagógicos acessíveis.

Diante dessa realidade, torna-se relevante discutir as práticas pedagógicas voltadas aos estudantes com TEA, considerando que a inclusão escolar depende da atuação articulada entre professores, Atendimento Educacional Especializado (AEE), família, equipe multiprofissional e gestão escolar. Estratégias como o ensino estruturado, recursos visuais, Tecnologias Assistivas, Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) e planejamento individualizado têm se mostrado importantes para favorecer o desenvolvimento acadêmico, social e comunicativo desses estudantes.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre práticas pedagógicas capazes de promover uma inclusão escolar efetiva. Apesar dos avanços nas políticas públicas, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades para implementar estratégias inclusivas, principalmente em razão da insuficiente formação docente e da escassez de recursos especializados.

Nesse contexto, o presente artigo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais práticas pedagógicas inclusivas têm contribuído para favorecer o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na educação básica?

O objetivo geral consiste em analisar as principais práticas pedagógicas inclusivas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com TEA, identificando estratégias que favoreçam sua participação, autonomia e desenvolvimento escolar. Como objetivo específico, pretende-se identificar as estratégias pedagógicas e os recursos educacionais descritos na literatura científica que contribuem para a inclusão escolar desses estudantes.

Para alcançar esses objetivos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, baseada na análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações sobre Educação Especial, educação inclusiva e Transtorno do Espectro Autista. A revisão da literatura permitiu identificar os principais desafios enfrentados pelas escolas e pelos professores, bem como as estratégias

consideradas mais eficazes para promover uma aprendizagem significativa.

Espera-se que este estudo contribua para ampliar o conhecimento sobre as práticas pedagógicas inclusivas voltadas ao Transtorno do Espectro Autista, oferecendo subsídios teóricos para professores, gestores e pesquisadores comprometidos com a construção de uma escola mais inclusiva, acessível e equitativa.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, desenvolvida com o objetivo de analisar as práticas pedagógicas inclusivas voltadas aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A revisão bibliográfica foi escolhida por possibilitar a análise e a sistematização do conhecimento científico produzido sobre o tema, permitindo compreender os principais desafios e estratégias relacionadas à inclusão escolar.

A pesquisa foi realizada por meio da consulta a livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais disponíveis em bases de dados como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES, Google Scholar e ERIC (Education Resources Information Center), além da legislação brasileira referente à Educação Especial e à educação inclusiva.

Foram selecionados estudos publicados nos últimos dez anos (2016 a 2026), priorizando produções científicas que abordassem práticas pedagógicas inclusivas, Atendimento Educacional Especializado (AEE), formação docente, Tecnologias Assistivas e estratégias de ensino direcionadas aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

As buscas foram realizadas utilizando os descritores "Transtorno do Espectro Autista", "Educação Inclusiva", "Educação Especial", "Práticas Pedagógicas" e "Atendimento Educacional Especializado", empregados de forma isolada e combinada para ampliar a identificação de estudos relevantes ao tema.

Após a seleção do material, realizou-se a leitura, análise e interpretação das publicações, considerando sua relevância científica e relação com os objetivos propostos. Os dados obtidos foram organizados e discutidos à luz da literatura especializada, possibilitando a construção de uma análise sobre as práticas pedagógicas inclusivas voltadas à escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial brasileira passou por significativas transformações ao longo das últimas décadas, deixando de assumir uma perspectiva centrada na segregação e no atendimento exclusivamente especializado para consolidar-se como uma modalidade de ensino transversal, orientada pelos princípios

da educação inclusiva. Esse processo foi impulsionado por mudanças sociais, políticas e legais que passaram a reconhecer as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, assegurando-lhes igualdade de oportunidades no acesso à educação. Conforme Mantoan (2015), a inclusão escolar representa uma mudança de paradigma, pois rompe com modelos educacionais excludentes e propõe uma escola capaz de acolher a diversidade humana, reconhecendo que as diferenças fazem parte do processo educativo.

No cenário brasileiro, importantes dispositivos legais fortaleceram esse movimento, como a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo igualdade de condições para acesso e permanência na escola (Brasil, 1988). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 consolidou a Educação Especial como modalidade de ensino ofertada preferencialmente na rede regular, assegurando serviços de apoio especializados sempre que necessários (Brasil, 1996). Esses avanços legais foram ampliados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), documento que orienta os sistemas de ensino a promoverem práticas pedagógicas inclusivas e a eliminarem barreiras que dificultam o processo de escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Nesse contexto, a educação inclusiva deixa de representar apenas a matrícula do estudante na escola comum e passa a exigir condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento. Segundo Sassaki (2010), incluir significa transformar a sociedade e suas instituições para que todas as pessoas possam participar em igualdade de oportunidades, respeitando suas diferenças e potencialidades. Dessa forma, a escola assume a responsabilidade de reorganizar seus espaços, currículos, metodologias e práticas avaliativas para atender às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve complementar e suplementar a formação dos estudantes, oferecendo recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam sua participação nas atividades escolares (Brasil, 2008). Nesse sentido, o AEE não substitui o ensino da sala comum, mas atua de forma articulada com o professor regente, contribuindo para a eliminação de barreiras que possam comprometer a aprendizagem. Essa atuação integrada fortalece o desenvolvimento acadêmico, social e comunicativo dos estudantes, especialmente daqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A efetivação da educação inclusiva depende, ainda, da formação inicial e continuada dos professores. De acordo com Libâneo (2013), o trabalho docente exige planejamento, reflexão crítica e constante atualização profissional, permitindo ao educador desenvolver práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade presente em sala de aula. No caso dos estudantes com TEA, essa formação torna-se ainda mais relevante, considerando a necessidade de conhecer metodologias específicas, recursos de

Tecnologia Assistiva, adaptações curriculares e estratégias que favoreçam a comunicação, a interação social e a aprendizagem.

Além da qualificação docente, a construção de uma escola inclusiva requer o envolvimento de toda a comunidade escolar. Gestores, professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, famílias e equipes multiprofissionais desempenham papéis complementares na promoção de uma educação equitativa e de qualidade. Mantoan (2015) ressalta que a inclusão não depende apenas de mudanças estruturais ou da criação de serviços especializados, mas, sobretudo, da transformação das práticas pedagógicas e das atitudes frente à diversidade, reconhecendo que cada estudante possui potencialidades que devem ser valorizadas no processo educativo.

Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, a literatura aponta que ainda existem desafios significativos para a consolidação da educação inclusiva no Brasil. Entre eles destacam-se a insuficiente formação docente, a escassez de recursos pedagógicos acessíveis, as dificuldades na implementação de adaptações curriculares e a permanência de barreiras atitudinais que dificultam a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Esses fatores demonstram que a efetivação da inclusão exige investimentos contínuos em políticas públicas, infraestrutura, formação profissional e fortalecimento da cultura inclusiva nas instituições de ensino.

Dessa forma, a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva constitui um compromisso coletivo voltado à garantia do direito à educação de todos os estudantes. Mais do que assegurar o acesso à escola regular, a inclusão pressupõe a construção de ambientes educacionais acessíveis, acolhedores e capazes de promover a aprendizagem, a autonomia e o desenvolvimento integral, respeitando as singularidades de cada indivíduo e contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

3.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ASPECTOS CONCEITUAIS E EDUCACIONAIS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por alterações persistentes na comunicação e na interação social, associadas à presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5-TR (American Psychiatric Association, 2022), essas manifestações apresentam diferentes níveis de intensidade, razão pela qual o termo espectro é utilizado para representar a ampla variabilidade de características e necessidades de apoio apresentadas pelas pessoas autistas. Dessa forma, não existe um único perfil de estudante com TEA, sendo necessário compreender as especificidades de cada indivíduo para garantir um atendimento educacional adequado.

No Brasil, o reconhecimento do Transtorno do Espectro Autista como público-alvo das políticas de inclusão foi fortalecido com a promulgação da Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana,

que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A legislação assegura às pessoas com TEA o direito à educação, à saúde, ao trabalho e à inclusão social, reconhecendo-as como pessoas com deficiência para todos os efeitos legais (Brasil, 2012). Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforçou o direito à educação em sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, assegurando igualdade de oportunidades e condições de aprendizagem.

No contexto escolar, as características do TEA podem influenciar significativamente o processo de ensino e aprendizagem. Muitos estudantes apresentam dificuldades relacionadas à comunicação verbal e não verbal, à interação social, à compreensão de regras sociais, à flexibilidade cognitiva e ao processamento sensorial. Além disso, alterações na atenção compartilhada, na organização das atividades e na adaptação às mudanças de rotina podem interferir no desempenho acadêmico. Entretanto, essas características não devem ser compreendidas como limitações intransponíveis, mas como aspectos que exigem planejamento pedagógico, metodologias diferenciadas e recursos adequados para favorecer o desenvolvimento do estudante.

Segundo Bosa (2006), o autismo não deve ser analisado apenas a partir de suas dificuldades, mas também considerando as potencialidades e possibilidades de aprendizagem apresentadas por cada indivíduo. Nesse sentido, compreender o funcionamento do estudante com TEA permite ao professor organizar práticas pedagógicas mais acessíveis, respeitando seu ritmo de aprendizagem e promovendo experiências significativas de participação no ambiente escolar.

A literatura evidencia que ambientes organizados, previsíveis e estruturados favorecem o desenvolvimento dos estudantes com TEA. Estratégias como o uso de recursos visuais, agendas ilustradas, rotinas estruturadas, atividades sequenciadas, adaptações curriculares e Tecnologias Assistivas contribuem para ampliar a compreensão das tarefas, reduzir a ansiedade e fortalecer a autonomia dos estudantes. Além disso, metodologias que valorizam experiências concretas, aprendizagem colaborativa e atividades lúdicas possibilitam maior envolvimento dos alunos nas práticas escolares.

Outro aspecto fundamental refere-se ao papel do professor como mediador do processo de aprendizagem. Conforme Vygotsky (2007), o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais, sendo a mediação pedagógica essencial para a construção do conhecimento. Embora Vygotsky não tenha desenvolvido estudos específicos sobre o Transtorno do Espectro Autista, seus pressupostos teóricos reforçam a importância de proporcionar experiências de aprendizagem mediadas, respeitando as características individuais e criando oportunidades para que o estudante desenvolva suas capacidades cognitivas e sociais.

Nesse contexto, torna-se indispensável a atuação articulada entre o professor da sala comum, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a família e a equipe multiprofissional. Essa parceria

favorece o acompanhamento contínuo do estudante, permitindo a elaboração de estratégias pedagógicas mais eficazes e alinhadas às suas necessidades. Além disso, fortalece a construção de um ambiente escolar inclusivo, no qual o estudante com TEA possa participar ativamente das atividades e desenvolver suas potencialidades.

Portanto, compreender os aspectos conceituais e educacionais do Transtorno do Espectro Autista é fundamental para a efetivação da educação inclusiva. O foco da prática pedagógica deve estar na valorização das capacidades do estudante e na eliminação das barreiras que dificultam sua aprendizagem, promovendo condições para que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, pautada na equidade, no respeito às diferenças e na garantia dos direitos educacionais.

3.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES COM TEA

As práticas pedagógicas inclusivas constituem um conjunto de estratégias planejadas para garantir que todos os estudantes tenham acesso ao currículo escolar em condições de equidade, respeitando suas características, necessidades e potencialidades. No caso dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essas práticas devem considerar aspectos relacionados à comunicação, à interação social, à organização da rotina, ao processamento sensorial e à flexibilidade cognitiva. Segundo Mantoan (2015), a educação inclusiva pressupõe a reorganização das práticas escolares para que a diversidade seja compreendida como parte do processo educativo, e não como um obstáculo à aprendizagem.

Nesse contexto, o planejamento pedagógico assume papel essencial na promoção da inclusão escolar. O professor deve organizar situações de aprendizagem que possibilitem a participação ativa dos estudantes, utilizando metodologias diversificadas e recursos que atendam às necessidades individuais. Conforme Libâneo (2013), planejar o ensino significa definir objetivos, selecionar conteúdos, metodologias e formas de avaliação capazes de favorecer a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas diferenças e promovendo igualdade de oportunidades.

Entre as estratégias pedagógicas mais eficazes descritas na literatura destacam-se o ensino estruturado, a utilização de rotinas visuais, agendas ilustradas, quadros de rotina, recursos de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), adaptações curriculares, flexibilização das atividades e uso de Tecnologias Assistivas. Esses recursos contribuem para facilitar a compreensão das tarefas, reduzir situações de ansiedade, favorecer a previsibilidade das atividades e ampliar a autonomia dos estudantes com TEA. De acordo com Bersch (2017), a Tecnologia Assistiva representa um importante instrumento para eliminar barreiras à aprendizagem, promovendo maior independência e participação das pessoas com deficiência nos diferentes contextos educacionais.

Outro aspecto relevante refere-se à adaptação curricular, que não significa reduzir o conteúdo escolar, mas adequar objetivos, metodologias, recursos didáticos e instrumentos de avaliação às

necessidades específicas do estudante. A flexibilização curricular permite que os alunos tenham acesso aos mesmos conhecimentos trabalhados pela turma, utilizando estratégias diferenciadas que respeitem seu ritmo e estilo de aprendizagem. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), a escola deve garantir práticas pedagógicas inclusivas que assegurem o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para todos os estudantes, considerando a diversidade presente no ambiente escolar.

A literatura também evidencia que metodologias ativas favorecem significativamente o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com TEA. Estratégias como aprendizagem baseada em jogos, atividades lúdicas, experimentação, recursos concretos, experiências multissensoriais e trabalho colaborativo tornam o processo educativo mais dinâmico e estimulante, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, comunicativo e socioemocional. Além disso, o uso de recursos visuais e materiais manipuláveis auxilia na organização das informações e facilita a compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Outro elemento indispensável para o sucesso das práticas inclusivas é o planejamento pedagógico individualizado. Embora o currículo escolar seja comum a todos os estudantes, torna-se necessário adaptar objetivos, metodologias e formas de avaliação de acordo com as necessidades específicas de cada aluno. Esse planejamento deve ser elaborado em parceria entre o professor da sala regular, o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a equipe gestora, a família e, quando necessário, outros profissionais que acompanham o estudante. Essa atuação colaborativa possibilita intervenções mais eficazes e fortalece o desenvolvimento acadêmico e social do educando.

Além dos recursos pedagógicos, a postura do professor exerce influência direta na efetivação da inclusão escolar. Um ambiente acolhedor, pautado no respeito às diferenças, no incentivo à participação e na valorização das potencialidades dos estudantes favorece a construção de vínculos positivos e amplia as oportunidades de aprendizagem. Freire (2021) afirma que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e compromisso com uma prática educativa democrática, capaz de promover autonomia, diálogo e transformação social. Esses princípios mostram-se especialmente relevantes quando se trata da escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

Entretanto, a implementação dessas práticas ainda enfrenta desafios relacionados à insuficiente formação docente, à limitação de recursos pedagógicos especializados e às dificuldades encontradas pelas escolas para consolidar uma cultura inclusiva. Apesar desses obstáculos, a literatura demonstra que o investimento em formação continuada, planejamento colaborativo e utilização de estratégias fundamentadas em evidências científicas contribui significativamente para melhorar a qualidade da inclusão escolar.

Dessa forma, as práticas pedagógicas inclusivas constituem elementos essenciais para garantir o direito à aprendizagem dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Quando planejadas de forma

intencional, flexível e colaborativa, elas favorecem o desenvolvimento das capacidades cognitivas, comunicativas, sociais e emocionais, promovendo uma educação mais democrática, equitativa e comprometida com a valorização da diversidade humana.

3.4 O PAPEL DO PROFESSOR E DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O professor desempenha papel central na efetivação da educação inclusiva, sendo responsável pelo planejamento, desenvolvimento e avaliação das experiências de aprendizagem de todos os estudantes. No contexto da escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sua atuação exige não apenas domínio dos conteúdos curriculares, mas também conhecimentos sobre práticas pedagógicas inclusivas, estratégias de ensino diferenciadas e recursos capazes de atender às necessidades específicas de cada estudante. Conforme Libâneo (2013), o trabalho docente vai além da transmissão de conhecimentos, envolvendo planejamento, mediação pedagógica e organização de situações que favoreçam a aprendizagem significativa.

Para que a inclusão escolar ocorra de maneira efetiva, o professor deve adotar uma postura flexível e reflexiva, reconhecendo que cada estudante apresenta diferentes formas de aprender. Nesse sentido, torna-se necessário adaptar metodologias, recursos didáticos e instrumentos de avaliação, respeitando o ritmo, as potencialidades e as necessidades individuais dos estudantes com TEA. Mantoan (2015) afirma que a educação inclusiva exige uma transformação das práticas pedagógicas, de modo que a diversidade seja compreendida como elemento enriquecedor do processo educativo e não como obstáculo à aprendizagem.

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um importante serviço de apoio à inclusão escolar. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o AEE tem como finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras à participação e à aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Trata-se de um atendimento complementar e suplementar ao ensino regular, não substituindo as atividades desenvolvidas na sala comum, mas contribuindo para ampliar as possibilidades de aprendizagem e participação dos estudantes.

No caso dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, o profissional do AEE atua na elaboração de estratégias individualizadas, na adaptação de materiais pedagógicos, na utilização de recursos de Tecnologia Assistiva, na organização de rotinas estruturadas e na orientação aos professores da sala regular quanto às práticas mais adequadas para cada estudante. Essa atuação colaborativa fortalece o processo de inclusão e favorece a construção de um ambiente escolar mais acessível e acolhedor.

Outro aspecto fundamental refere-se à articulação entre professor da sala comum e profissional do AEE. O planejamento conjunto possibilita a troca de conhecimentos, a definição de objetivos comuns e o acompanhamento sistemático do desenvolvimento do estudante. Essa parceria permite que as adaptações

pedagógicas sejam realizadas de forma coerente com o currículo escolar, promovendo a participação efetiva do estudante nas atividades desenvolvidas com toda a turma.

Além da atuação dos profissionais da educação, a participação da família constitui um elemento indispensável para o sucesso da inclusão escolar. O diálogo permanente entre escola e responsáveis favorece o compartilhamento de informações sobre o desenvolvimento do estudante, suas necessidades, interesses e potencialidades, possibilitando maior coerência entre as práticas desenvolvidas no ambiente escolar e no contexto familiar. Conforme Freire (2021), a educação é construída por meio do diálogo e da participação coletiva, princípios que fortalecem o compromisso de todos os envolvidos com o processo educativo.

A equipe multiprofissional também exerce papel relevante no acompanhamento dos estudantes com TEA. Profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos e outros especialistas podem contribuir com orientações que auxiliam a escola na elaboração de estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades dos estudantes. A integração entre educação e saúde fortalece o desenvolvimento acadêmico, social e emocional, respeitando a singularidade de cada indivíduo.

Entretanto, a literatura aponta que muitos professores ainda enfrentam dificuldades para desenvolver práticas inclusivas devido à insuficiente formação inicial e continuadas, à escassez de recursos pedagógicos e ao elevado número de estudantes por turma. Esses fatores evidenciam a necessidade de investimentos permanentes em formação docente, fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado e implementação de políticas públicas que garantam melhores condições de trabalho aos profissionais da educação.

Portanto, o professor e o Atendimento Educacional Especializado desempenham funções complementares na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Quando atuam de forma articulada com a família, a equipe gestora e os demais profissionais envolvidos, tornam possível a construção de práticas pedagógicas que respeitam as diferenças, valorizam as potencialidades dos estudantes e garantem o direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento integral das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados demonstrou que as práticas pedagógicas inclusivas exercem papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). As publicações analisadas evidenciam que a adoção de metodologias diversificadas, aliada ao planejamento pedagógico individualizado, favorece o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais, comunicativas e comportamentais dos estudantes.

Entre os principais resultados encontrados na literatura, destacam-se a utilização de recursos visuais, rotinas estruturadas, adaptações curriculares, Tecnologias Assistivas e estratégias de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA). Essas práticas mostraram-se eficazes para ampliar a participação dos estudantes nas atividades escolares, favorecer a interação com colegas e professores e promover maior autonomia no ambiente educacional.

Os estudos também apontam que a atuação integrada entre o professor da sala regular, o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a família e a equipe multiprofissional contribui significativamente para o sucesso do processo de inclusão. Essa parceria possibilita a elaboração de estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades individuais de cada estudante, fortalecendo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Entretanto, a literatura evidencia que ainda existem desafios para a efetivação da inclusão escolar, entre eles a insuficiente formação continuada dos professores, a escassez de recursos pedagógicos especializados e as dificuldades enfrentadas pelas escolas na implementação de práticas inclusivas. Apesar desses obstáculos, os estudos demonstram que investimentos em qualificação profissional, planejamento colaborativo e metodologias baseadas em evidências científicas contribuem para a construção de ambientes escolares mais acessíveis, acolhedores e inclusivos.

De modo geral, os resultados obtidos nesta revisão bibliográfica indicam que a inclusão de estudantes com TEA depende da adoção de práticas pedagógicas planejadas, flexíveis e centradas nas necessidades dos educandos, reafirmando a importância de uma atuação colaborativa entre todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

Os resultados desta revisão bibliográfica demonstram que a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) depende da adoção de práticas pedagógicas planejadas e fundamentadas nas necessidades individuais de cada educando. A literatura analisada apresenta consenso ao afirmar que estratégias como adaptações curriculares, recursos visuais, Tecnologias Assistivas, rotinas estruturadas e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) favorecem a aprendizagem, a autonomia e a participação dos estudantes no ambiente escolar.

Ao comparar os estudos selecionados, observa-se que os autores convergem quanto à importância da formação continuada dos professores para a efetivação da educação inclusiva. Embora a legislação brasileira assegure o direito à inclusão, muitos docentes ainda relatam dificuldades relacionadas à falta de capacitação específica, ao reduzido acesso a recursos pedagógicos e ao insuficiente apoio institucional. Esses fatores podem comprometer a implementação de práticas pedagógicas capazes de atender às necessidades dos estudantes com TEA.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à importância do trabalho colaborativo entre professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, família, gestores escolares e equipe

multiprofissional. Os estudos indicam que essa parceria contribui para a elaboração de estratégias mais adequadas ao desenvolvimento dos estudantes, fortalecendo tanto o processo de ensino quanto a inclusão social no ambiente escolar.

Como limitação deste estudo, destaca-se o fato de a pesquisa ter sido desenvolvida exclusivamente por meio de revisão bibliográfica, não contemplando a realização de pesquisas de campo ou a coleta de dados junto a professores, estudantes ou gestores escolares. Dessa forma, as análises apresentadas baseiam-se nas evidências disponíveis na literatura científica consultada.

Diante dos resultados encontrados, recomenda-se que futuras pesquisas investiguem a aplicação prática das estratégias pedagógicas inclusivas em diferentes contextos escolares, bem como avaliem seus impactos no desempenho acadêmico, na interação social e na autonomia dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Estudos dessa natureza poderão ampliar o conhecimento científico sobre o tema e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e das práticas educacionais voltadas à educação inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as principais práticas pedagógicas inclusivas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando compreender as estratégias que favorecem sua participação e desenvolvimento no contexto da educação básica. Com base na revisão da literatura, verificou-se que o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que foi possível identificar práticas pedagógicas e recursos que contribuem para uma inclusão escolar mais efetiva.

Em resposta ao problema de pesquisa, constatou-se que a inclusão de estudantes com TEA depende da adoção de metodologias flexíveis, do planejamento pedagógico, da adaptação curricular, da utilização de Tecnologias Assistivas, do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da atuação colaborativa entre escola, família e equipe multiprofissional. Esses elementos favorecem não apenas o acesso do estudante à escola, mas também sua permanência, participação e aprendizagem de forma significativa.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, observou-se que, embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, ainda existem desafios relacionados à formação continuada dos professores, à disponibilidade de recursos pedagógicos e à implementação de práticas inclusivas nas instituições de ensino. Esses aspectos evidenciam que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige investimento permanente em qualificação profissional, acessibilidade e fortalecimento das políticas públicas educacionais. Conforme Mantoan (2015), a educação inclusiva somente se concretiza quando a escola reconhece e valoriza as diferenças, promovendo oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes.

Como limitação deste estudo, destaca-se o fato de a pesquisa ter sido desenvolvida exclusivamente por meio de revisão bibliográfica, não contemplando a realização de investigação de campo ou coleta de dados com professores, estudantes ou gestores escolares. Dessa forma, os resultados apresentados refletem as evidências encontradas na literatura científica analisada.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas investiguem a aplicação prática das estratégias pedagógicas inclusivas em diferentes contextos escolares, bem como analisem seus impactos no desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões sobre a educação inclusiva e incentive a adoção de práticas pedagógicas cada vez mais comprometidas com a garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. et al. A função das tecnologias assistivas na educação especial: ferramentas e recursos para a aprendizagem. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 8, p. 2074-2092, 2024.

ALMEIDA, A. R. et al. Impactos da pandemia no desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 29, 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5-TR. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva – Tecnologia e Educação, 2017. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 3 ago. 2026.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. S47-S53, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 9. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.